

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.624 - CE (2018/0245056-2)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : ESTADO DO CEARÁ
ADVOGADOS : PAULO MARTINS DOS SANTOS
LUDIANA CARLA BRAGA FAÇANHA E OUTRO(S) -
CE016003
AGRAVADO : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNCEME - ASFUN
ADVOGADO : FELIPE MELO ABELLEIRA - CE013422
INTERES. : FUNDACAO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS
HIDRICOS
ADVOGADOS : RISNALDO CARVALHO DA COSTA MOREIRA - CE003683
MARIA LINDALVA DE ASSIS REGO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA NÃO IMPUGNADOS. SÚM. N. 182/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. A alegação quanto à ausência de prejuízos suportados pelos servidores constitui notória inovação recursal pois não foi suscitada nas razões do recurso especial. Por essa razão, não deve ser conhecida.
2. O agravo interno possui fundamentação genérica. O recorrente não logrou demonstrar a inaplicabilidade da Súm. n. 85/STJ no caso dos autos. Incidência da Súm. n. 182/STJ.
3. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator